

# REVISTA PORTUGUESA DE Arqueologia

volume 12. número 2. 2009

## COORDENAÇÃO EDITORIAL

António Marques de Faria

## TEXTOS

Amílcar Guerra  
António Assunção  
António Marques de Faria  
Diana Ornellas Bencatel  
Francisco Henriques  
João Carlos Caninas  
João Luís Cardoso  
José d'Encarnação  
Lídia Fernandes  
Luis Silgo Gauche  
Rui Boaventura  
Rui Mataloto  
Sandra Brazuna  
Simon J. M. Davis  
Victor Filipe  
Victor S. Gonçalves

## PROJECTO GRÁFICO

[www.tvmdesigners.pt](http://www.tvmdesigners.pt)

## PRÉ-IMPRESSÃO E IMPRESSÃO

Textype

## DATA DE IMPRESSÃO

Dezembro de 2010

## TIRAGEM

400 exemplares

ISSN 0874-2782

Depósito Legal 125568/98

## EDIÇÃO

Instituto de Gestão do Património  
Arquitectónico e Arqueológico, I. P.  
Palácio Nacional da Ajuda  
1349-021 LISBOA  
TEL. + 351 21 361 42 00  
FAX +351 21 363 70 47  
[igespar@igespar.pt](mailto:igespar@igespar.pt)  
[www.igespar.pt](http://www.igespar.pt)

O IGESPAR, IP, respeita os originais dos textos que lhe são enviados pelos autores, não sendo, assim, responsável pelas opiniões expressas nos mesmos, bem como por eventuais plágios, cópias, ou quaisquer outros elementos que de alguma forma possam prejudicar terceiros.

Com a publicação deste número da *Revista Portuguesa de Arqueologia* dá o IGESPAR novamente continuidade a uma linha editorial que tendo precedido nas suas origens o próprio Instituto, foi por ele assumida como garante de uma prática cuja importância se reconheceu e se pretende assegurar para o futuro. Procurou-se dessa forma encarar o presente sem esquecer o passado naquilo que dele herdamos de mais positivo, evitando roturas que a prática veio há muito mostrar desajustadas para a credibilidade e operacionalidade da tutela do património arqueológico. Ao limitar tendencialmente a dimensão da revista e a sua qualidade gráfica aos padrões inicialmente estabelecidos, pretendeu-se, por outro lado, criar condições para a curto prazo se poder pôr em dia a sua publicação semestral. Evitando excessos que uma gestão corrente dos recursos existentes poderia por vezes eventualmente permitir, optou-se por garantir também a sustentabilidade que a própria importância do projecto exige. Assumindo que a *Revista Portuguesa de Arqueologia* é um projecto editorial aberto à totalidade da comunidade arqueológica nacional, espera-se que o seu sucesso editorial se venha a traduzir num futuro próximo por uma participação cada vez mais alargada e diversificada dessa mesma comunidade, garantindo uma divulgação representativa das intervenções arqueológicas que um pouco por todo o país se vão realizando.

JOÃO PEDRO CUNHA RIBEIRO

*Subdirector do IGESPAR*

---

# Duas aras votivas romanas em Alcains

ANTÓNIO ASSUNÇÃO  
JOSÉ D'ENCARNAÇÃO  
AMÍLCAR GUERRA

## R E S U M O

Estudam-se dois altares identificados, em 2008, numa ermida de prístino culto cristão, que veio certamente substituir o culto pré-romano à divindade *Asidia*. Esta divindade surge numa das epígrafes com o epíteto *Poltucea*, relacionado com a *gentilitas Polturiciorum*, que é dedicante dum das aras, em consequência do voto de um indígena, *Polturus Caenonis*. Este relacionamento estreito entre o epíteto da divindade, o nome de um dos membros da *gentilitas* e a própria designação da *gentilitas* abre novas perspectivas à investigação sobre a organização social e os cultos na Lusitânia pré-romana.

## R É S U M É

On étudie deux autels identifiés, en 2008, dans le territoire de la *civitas Igaeditanorum*, quand on était en train de faire la réhabilitation d'une ancienne église chrétienne. Ils sont dédiés à *Asidia*, divinité préromaine jusqu'à présent inconnue, qui porte sur un des autels l'épithète de *Poltucea*, sans doute lié à la *gentilitas Polturiciorum*, qui fait une des dédicaces. À son tour, le nom de la *gentilitas* doit être lié à l'anthroponyme *Polturus*, qui est lui aussi y mentionné. Ces circonstances inédites dans le cadre de l'épigraphie romaine vont jeter une nouvelle lumière sur la recherche de l'organisation sociale et aussi les cultes des communautés préromaines de la Lusitanie.

## Circunstâncias do achado

Duas aras romanas votivas foram identificadas aquando das obras de requalificação da ermida de São Domingos, a cargo da paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Alcains, em 2008.

Na altura, como a seguir se verá, houve logo a preocupação de minuciosamente registar as circunstâncias em que o achado ocorreu, pois que, na verdade, a posição relativa dos dois monumentos epigráficos dava a entender que haviam sido reutilizados na construção da ermida, logo nos inícios ou meados do século XVII, colocadas sob o altar, dado que a pedra de ara cristã sobre elas se situava. De resto, vestígios de antigas paredes foram, de imediato, identificados e também deles se mantêm, na actualidade, alguns troços à vista, como património histórico a preservar e a possibilitar ulteriores estudos.

Quis o Cónego António Assunção, pároco de Alcains, conceder-nos o privilégio, que muito nos honra e que agradecemos, de com ele procedermos ao estudo desses dois monumentos epigráficos e afigura-se-nos que, pelo testemunho que encerra, esta primeira parte de enquadramento do achado deve ser mencionada com as suas próprias palavras, que subordinou ao tema «Capela de São Domingos: intuição e/ou realidade?».

Escreve o Cónego António Assunção:

«Há momentos na nossa vida que trazem à memória ditos e factos que têm história e fazem história.»

A experiência com a Capela de São Domingos é também um desses momentos.

Quando estudei Sagrada Liturgia, no Pontifício Instituto Litúrgico de Santo Anselmo (Roma), na década de noventa, um ilustre e admirado professor de nome Achille M. Triacca (hoje já na glória dos Santos no paraíso) disse-me um dia: «Já percebi que tens alguma “intuição”, mas é preciso prová-la». «Certamente», respondi ao repto que me fazia e continuei o trabalho de estudo que com ele tínhamos entre mãos.

É à luz deste facto que recorro a primeira “intuição” que tive como criança, quando, num desses passeios que fazíamos na década de sessenta, pousei os olhos na chamada Capela de São Domingos (não lembro as condições de conservação em que se encontrava) e disse para os meus botões:

«Porquê uma capela, no meio dum campo cultivado, sem acesso para as pessoas lá poderem ir rezar?».

E tudo ficou por aí, apenas na “intuição”, até ao ano de 2008, na altura como Administrador Paroquial de Alcains, quando se realizaram as obras de requalificação da Capela de São Domingos e da parte do altar, também em grande degradação, devido às infiltrações de água do telhado. Assim, em 03.06.2008, surgiu a questão: conservar ou demolir o altar existente e construir um outro em granito, colocado «versus populum», segundo as orientações da Constituição *Sacrosanctum Concilium* do II Concílio do Vaticano? Ouvidas várias opiniões, decidiu-se a demolição do altar existente, encostado à parede da capela-mor, lado nascente, como era habitual antes do referido II Concílio do Vaticano, para se celebrar o culto cristão com todos voltados para oriente (“ad orientem” e não “versus populum” como no presente), mas deixar no mesmo lugar o nicho da imagem de São Domingos que será revestido com granito.

Mas como a degradação era grande, nenhum dos presentes se lembrou de fazer uma fotografia, nem que fosse com a câmara de um simples telemóvel, hoje elemento sempre a acompanhar as pessoas e também os intervenientes nesta decisão. Mas efectivamente não se fez. O trabalho de demolição ficou confiado aos trabalhadores que foram os protagonistas na descoberta deste tão precioso «achado», em 04.06.2008. Chamado ao local, o responsável da paróquia deparou-se com este «tesouro escondido no campo», encontrado por mero acaso.

Ao ver o que estava escondido, duas colunas de granito com inscrições — aras romanas — e que poderiam ter continuado desconhecidas, se o altar existente não tivesse sido demolido... o responsável destas obras lembrou-se da sua “intuição” de há vários anos atrás e agora tornada realidade.

A ara maior, colocada de pé, a 15 cm da parede nascente, na direcção do nicho da imagem de São Domingos, colocada no nicho da parede, por cima do altar. Tendo sido retirada pelos trabalhadores, verificou-se ter 107 cm de altura (40 cm estavam ainda “mais soterrados” — abaixo do nível

da parte baixa do altar) com uma inscrição na parte da frente. Está em muito boas condições de conservação. É certamente uma ara romana.

A outra, mais pequena e estreita, colocada ao lado direito da maior — lado norte — com 65 cm de altura e também com uma inscrição numa face. É certamente outra ara romana.

Foram fotografadas e levadas para a Igreja Matriz de Alcains, onde se encontram guardadas, tal como foram encontradas.

É necessário fazer adequado estudo das mesmas.

Para não se perder a memória do que foi «achado», na ausência de fotografia, foram feitos vários desenhos; aqui se reproduz o do alçado frontal (Fig. 1), onde se procurou reproduzir o mais fielmente possível o que no local existia e ali foi encontrado.»

Até aqui o apontamento perspicazmente feito pelo Cónego António Assunção, aquando do achamento das peças.

Nesse mesmo ano de 2008, em Agosto, editou a paróquia um panfleto, onde se transcreveram passagens dos livros de Sanches Roque (1975, pp. 80–81 [= SR]), do Cónego Franco Infante (1992, pp. 138–140 [= CFI]) e de Florentino Vicente Beirão (2004, pp. 94–95 [= FVB]). Dele nos servimos, pois, para traçar uma breve história do sítio.

Assim, sugere-se a existência no local — «Vale do Cabeço das Mós» se chamava [CFI] — de uma «povoação antiga, na velha granja da comenda de Santa Maria, que existiu noutros tempos em Alcains [SR]. Um documento do século XVIII, transcrito por FVB, refere que a tradição a atribui aos Templários e que os alicerces que por ali se viam indiciavam, de facto, que a ermida não estaria isolada, teria «casas em volta, como refere um documento do século XIII», nomeadamente «um convento de freiras também desaparecido», acrescentando CFI que o nome de Fonte das Freiras (hoje, Tanque das Freiras) poderá ter origem no facto de essa comunidade religiosa ali ir abastecer-se.

É São Domingos o orago da ermida (há uma imagem datável do século XVII), de muita devoção das gentes, por ser taumaturgo em casos de sezões. No entanto, há também informação de que a edificação do templo se deveu à necessidade de protecção dos gados contra os lobos. A festa principal seria no domingo de Pascoela, para pagamento de promessas e dádivas de pão às crianças pobres que se iam encontrando pelo caminho...

Merece o templo (Figs. 2 e 3 — panorâmica exterior e interior actual) mais circunstanciada análise, inclusive do ponto de vista arquitectónico; contudo, o que ora nos interessa sublinhar é a evidente continuidade da sacralidade do lugar. De facto, podemos desde já adiantar que os dois altares objecto deste estudo, dedicados, no século I da nossa era, a uma divindade pré-romana venerada no local e cujo culto os Romanos respeitaram e mantiveram, documentam precisamente essa continuidade — pela Idade Média afora, até aos nossos dias.

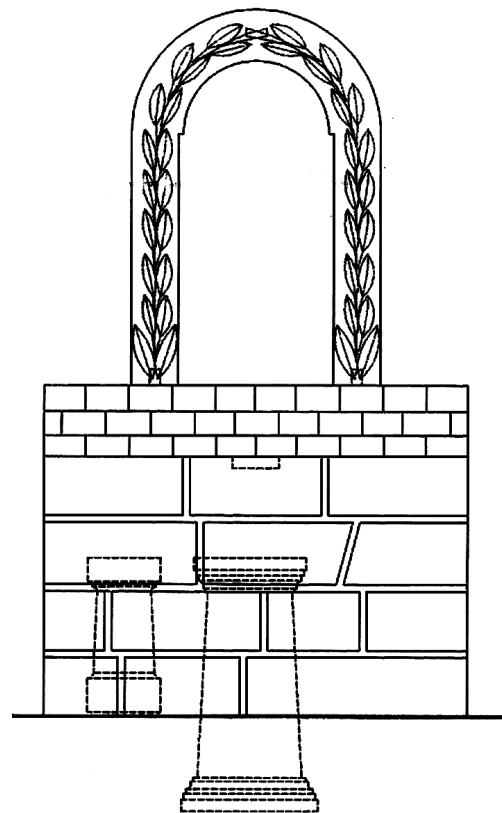


Fig. 1 Alçado frontal a mostrar o contexto em que, em 2008, se encontraram as duas aras. Desenho de José Lopes, de Alcains.





Fig. 2 A localização da ermida dedicada a São Domingos. Note-se como, ainda hoje (2010), se encontra num descampado.



Fig. 3 A zona do altar-mor, na actualidade (2010). Observam-se, à direita e à esquerda, vestígios de muros antigos.

### Altar dedicado pela *gentilitas* (Fig. 4 - total)

Altar de granito de grão fino, de pátina amarelada. O capitel, quadrangular, seria limitado por fastígios de recorte vagamente triangular, a subir para a zona média de cada aresta, a enquadrar a concavidade que ostenta, a meio, um tríscolo de mui fino recorte, em relevo (Fig. 5). Tem 35 cm de dimensão interna e esse quadrilátero em que se inscreve o tríscolo mede 24 de largura x 23 de profundidade; diâmetro do tríscolo: 21,6; largura dos 'braços': 2,4.

O altar está moldurado e bem polido nas suas quatro faces, a sugerir que deveria ser colocado em lugar central, possibilitando a sua observação a toda a volta. A molduração do capitel é constituída por uma garganta encastada, limitada, superior e inferiormente, por filetes directos. Na base, a molduração é inversa da do capitel: uma garganta reversa está enquadrada, superior e inferiormente, por dois filetes reversos. No conjunto, temos, pois, um monumento esteticamente bem conseguido, sendo notável a harmonia entre as dimensões dos seus três elementos constitutivos: capitel, fuste e base.

Do ponto de vista do estado de conservação, regista-se apenas o já citado desbaste dos rebordos do capitel, certamente para se obter uma superfície mais plana, aquando de eventual reutilização como elemento de muro. O resto do monumento encontra-se praticamente intacto e as escoriações visíveis no campo epigráfico — que está bem polido — são fruto natural do 'manuseamento' do altar ao longo dos tempos.



Fig. 4 O altar dedicado pela *gentilitas Polturiciorum*.

Fig. 5 O tríscolo em relevo, na parte superior do capitel da ara da Fig. 4.





segundo se crê, será a primeira vez que ele surge representado no capitel de uma ara votiva a divindade indígena, o que poderá acentuar o carácter totémico da divindade.

### **Altar a *Asidia Poltucea* (Fig. 7)**

De granito de grão menos compactado que o anterior, está também moldurado nas quatro faces, mas encontra-se mais danificado que o anterior. Nomeadamente no capitel e na base, impedindo uma leitura correcta da molduração, ainda que, em relação ao capitel, possa aventar-se a hipótese de ter havido algo de semelhante à ara anterior: garganta encastada entre dois filetes directos. O campo epigráfico, porém, não sofreu e a epígrafe lê-se, pois, sem dificuldade.

Também aqui merece particular atenção o que resta do capitel, que mede, na face superior, 28,6 cm de largura por (23,4) de profundidade (Fig. 8). Tinha, em volta, uma espécie de toro, hoje estragado, com cerca de 5,1 cm de largura, de modo que as dimensões internas são 21,2 e 14,3. Dá impressão que teve fóculo central, circular, súpero, com um diâmetro externo de 10,6/11 cm; dele resta, porém, uma saliência circular; a não ser que, originalmente, algo de parecido com o trísce-lo da primeira ara ali se tivesse esculpido — o que não seria de admirar.

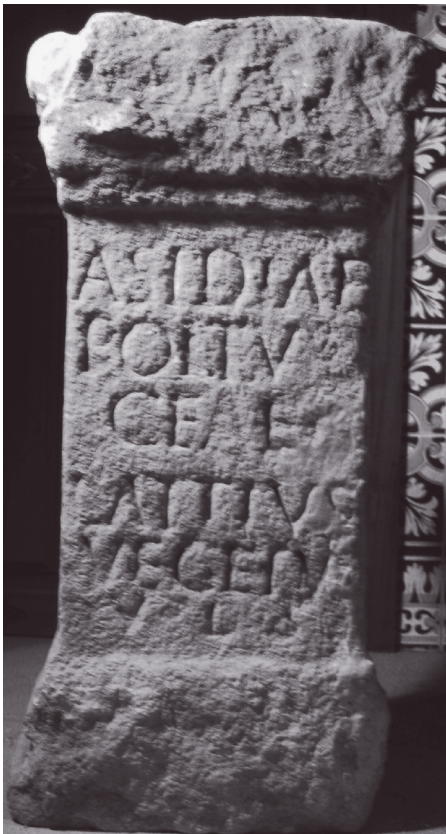


Fig. 7 O altar dedicado a *Asidia Poltucea*.



Fig. 8 A parte superior do capitel do altar a *Asidia Poltucea*.



	33,3	26
Dimensões:	66,2 x 24,5/24,8/25	x 19,5
	30,4	23,3
Campo epigráfico:	35,6 x 25.	

ASIDIAE / POLTV/CEAE / L(*ucius*) ATTIVS / VEGETVS / V(*otum*) · L(*ibens*) · S(*olvit*)

A Asídia Poltúcea, Lúcio Ácio Végeto cumpriu o voto de livre vontade.

Altura das letras: l. 1: 4,8; l. 2 e 3: 4,6; l. 4: 4,5; l. 5: 4; l. 6: 2,8.

Espaços: 1: 2,8; 2: 1,2; 3: 1,3; 4: 2,2; 5 e 6: 0,6; 6; 7: 1,6.

Devido, quiçá, à má qualidade do suporte ou ao estado em que ele ora se encontra, os caracteres não se apresentam com a perfeição do traço como os da ara anterior, ainda que também aqui se haja procurado seguir um eixo de simetria e seja maior a regularidade do módulo das letras — só a fórmula final ficou diminuída, devido à escassez do espaço disponível; contudo, o aspecto geral é dessa aparente regularidade, inclusive nos espaços interlineares (Fig. 9). A simetria foi quebrada nas ll. 2 e 3, afigurando-se-nos possível a colocação de pontos no final de cada uma, como que para preencher o espaço assim deixado vazio; aliás, na l. 2, até seríamos tentados a sugerir a existência de uma hera de pecíolo vertical a encimar um limbo cordiforme — mas pode ser mera ilusão óptica.

Caracteres actuários, também aqui com reminiscências da letra monumental quadrada (no O, no C, na horizontalidade das barras...). Há, porém, mão menos regular no traço, nem sempre rectilíneo: vejam-se o A, o V, o S...

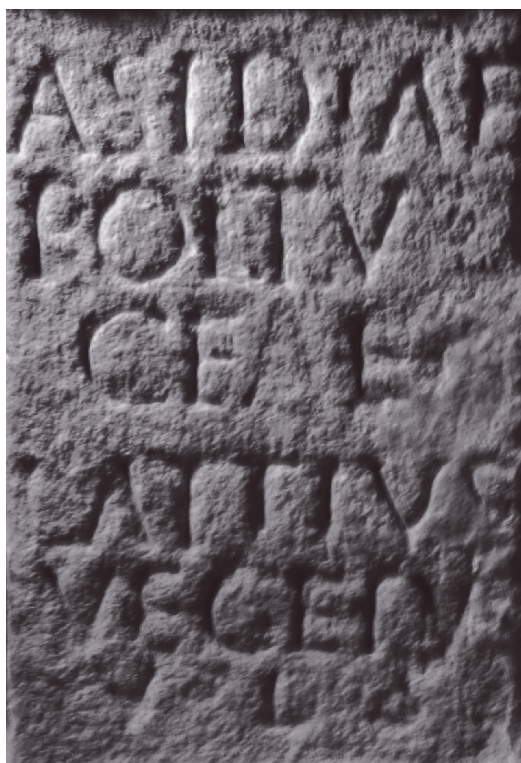


Fig. 9 O texto do altar dedicado a *Asidia Poltucea*.

### Comentário histórico

As inscrições em análise correspondem a dois contributos que vêm enriquecer o património epigráfico da Beira Baixa, um dos mais ricos e interessantes da Península Ibérica, em especial no que concerne à onomástica tipicamente hispânica. Estes achados não causam estranheza, uma vez que essa região, em particular o território da antiga *civitas Igaeditanorum*, no qual verosimilmente se integram, se inclui entre as áreas onde se regista maior concentração de inscrições relativas a divindades pré-romanas.

A primeira novidade neste domínio reside no próprio teónimo *Asidia*, que vem juntar-se a um extenso repertório em permanente crescimento, aduzindo com frequência dados surpreendentes.

Desta vez, o contributo inovador é constituído por duas atestações afins, provenientes de um mesmo local, no caso vertente de uma ermida situada em espaço rural. Estas circunstâncias concretas recordam as epígrafes dedicadas *Erbine Iaedi Cantibidomi*, originárias da capela de Santa Marinha, junto a Segura, Idanha-a-Nova (García Fernández-Albalat, 1993–1994). As afinidades entre ambas as situações são muito sugestivas também no que respeita às próprias condições do achado, não apenas pela sua associação a templos cristãos, que de certa forma parecem perpetuar a natureza sagrada dos lugares a que se encontram ligadas, como também pelo facto de essa associação se ter consubstanciado na integração dos monumentos epigráficos na estrutura das ermidas, em lugar de destaque, mas intencionalmente recobertas pelos cultos modernos.

A invocação da divindade propriamente dita é constituída por um único elemento, mas que pode ser seguida ou não de epíteto. De facto, na primeira inscrição o nome da divindade apresenta apenas um único elemento, aspecto que pode considerar-se habitual neste âmbito cultural, mas no qual são mais frequentes designações teonímicas compostas por dois ou três membros. Apesar disso, registam-se alguns casos paralelos entre os quais se podem citar *Oipanciae*, *Igaedo*, *Trebarune*, *Aetio*, *Broeneiae*, *Laepo* — para citar apenas alguns exemplos espacialmente mais próximos.

No entanto, a segunda inscrição revela uma estrutura distinta, em que o teónimo é seguido de um determinativo. Esta diversidade de situações, com nomes que podem ou não vir acompanhados de um segundo elemento, por vezes de clara ligação toponímica, repete-se com alguma frequência nesta região. O registo de nomes de divindades que umas vezes aparecem isolados, outras vezes podem ser seguidos de um epíteto, encontram exemplos próximos, tais como *Quangeio* (*Tanngo*, *Turicaeco*); *Arentio/Arentiae* e suas variantes (*Tanginiciaeco*, *Equotulaicensi*, *Eburobricis*, *Ocelaeca/Ocelaeco*), *Munidi* (*Igaeditanae*), *Togae* (*Alenesi*).

Do ponto de vista linguístico o teónimo *Asidia* pode eventualmente aproximar-se de um qualificativo do deus *Nimmedo*, registado numa inscrição de Mieres, Oviedo (Diego Santos, 1985, pp. 49–51, n. 9) como *Aseddiago*. Com as necessárias reservas, poder-se-á pôr em paralelo com alguns vestígios antroponímicos hispânicos (em especial com *Asedi*), como já foi sugerido anteriormente (Vallejo, 2005, pp. 187–188). Entre as propostas etimológicas para este nome se encontra a de Carlos Búa, que o faz remontar eventualmente a *\*ad-sedio* “assentamiento cercano” (Búa, 2000, p. 80), hipótese que se encontra limitada pela dificuldade em verificar a sua pertinência semântica.

A única coisa que pode afirmar-se de mais consistente é que estaremos perante uma forma derivada, com o abundante sufixo *-yo-*, tão frequente na língua latina como nas locais.

A segunda inscrição acrescenta ao teónimo o epíteto *Poltuceae*. Este aspecto apresenta-se como um dos mais surpreendentes deste conjunto epigráfico pelo facto de os nomes das diferentes realidades em presença (epíteto teonímico, dedicante da primeira inscrição e sua *gentilitas*) terem todos a mesma raiz, *Polt-*, que se saiba sem paralelo no contexto da onomástica do Ocidente hispânico. Trata-se de uma formação em que se regista uma sequência sufixal *-ucea-*, pertencente ao conjunto das derivações em *-uk-*, relativamente raras na Lusitânia (para a toponímia ocidental v. Guerra, 1998, pp. 725–726; para a antroponímia v. Vallejo, 2005, pp. 576–577). No que concerne à onomástica pessoal, constata-se que este elemento vem habitualmente seguido de *-yo-/-ya-*, circunstância que não se verifica no caso vertente. Acontece que na forma em análise ocorre a variante de sufixação em *-e*, mais rara que a muito generalizada equivalente *-i*. Como sublinha J. M.<sup>a</sup> Vallejo (2005, pp. 547–548), a primeira regista-se especialmente no caso dos nomes femininos, nos quais a tendência para a abertura da vogal foi mais acentuada.

A epígrafe apresenta igualmente uma interessante novidade no domínio da antroponímia, ao atestar o nome *Polturus*<sup>1</sup>. Neste caso, não se trata apenas de se documentar pela primeira vez esta forma, mas também a própria raiz do nome, que não apresenta qualquer paralelo conhecido.

O antropónimo em causa corresponde a um derivado em que se regista, mais uma vez, o sufixo *-iko-*, bastante comum nas línguas hispânicas como na latina, pressupondo-se, deste modo, a existência de uma forma *\*Polturus*. Pode presumir-se, eventualmente, que esta última correspondesse, por sua vez, a um derivado em *-ur-*, elemento que se encontra bem representado na onomástica pessoal tanto da Lusitânia, onde se atestam mais de 60 casos, como na Hispânia em geral, na qual as ocorrências totais superam já a centena (Vallejo, 2005, pp. 649–654).

A conjugação destes dois formantes encontra-se documentada em nomes como *Caturicus/Caturica*. Estas formas atestam-se especialmente no extremo sul do território português, em duas inscrições de Tavira (IRCP 83) e Faro (IRCP 18)<sup>2</sup>. Nestes casos, todavia, estamos perante *nomina* constituídos a partir de antropónimos locais, razão pela qual se torna mais compreensível a dupla sufixação.

Todavia, o aspecto mais saliente da antroponímia destas inscrições reside no facto de numa delas se documentar uma nova *gentilitas*, correspondente precisamente ao nome pessoal sem paralelo a que acima se aludiu. Trata-se da *gentilitas Polturiciorum*, que apresenta a particularidade de corresponder exactamente ao nome de indivíduo que identifica, como se viu, chamado *Polturus*. Esta circunstância, rara ou mesmo única no contexto hispânico, confirma a circunstância de estes nomes em genitivo do plural serem, por via da regra, derivados de antropónimos. Mas dá conta, igualmente, da natureza desses nomes: simples genitivo do plural correspondente ao colectivo; ou derivado de *Polturus*, de onde se formou a designação da unidade organizativa, mas também um derivado onomástico que identifica este elemento da *gentilitas*.

Este registo, para além disso, vem juntar-se a outras ocorrências similares da região da Beira Baixa, a maioria de descoberta recente. Há uma década conhecia-se, nesta área, uma única inscrição com a referência às entidades organizativas que se exprimem pelo genitivo do plural<sup>3</sup>, cujo texto, de resto, era pouco divulgado. O texto — *Silo Angeiti f(ilius) Maguacum optimus d(e) s(uo) f(aciendum) c(urauit). M(arcus) Valerius Silo, duumvir primus* — foi dado a conhecer por Leite de Vasconcelos (1934, pp. 25–28) e reproduzido por Jorge de Alarcão (1993, p. 37). Apesar disso, não consta, em regra, nos repertórios das entidades similares da Hispânia (v. g. Albertos, 1975, pp. 9–19; González Rodríguez, 1986, 1994).

Duas epígrafes vieram documentar outras tantas unidades organizativas no território que pertence à Beira Baixa. Os textos transmitidos por estes monumentos, todavia, colocam alguns problemas de interpretação. A de aparecimento mais antigo provém de S. Martinho (Castelo Branco) e tem sido lida, no que respeita à sequência que nos interessa, de formas distintas. É possível que o texto deva conter uma referência à *gentil(itas) Aesuriorum*, remetendo para um antropónimo bem atestado na capital da província da Lusitânia (Encarnação, 2003, p. 127, 2009, p. 167). Trata-se de gentílico *Aesyrius*, atestado mais frequentemente sob a forma *Aesyrius* (v. *Atlas*, p. 75), grafias seguramente alternativas, como o demonstra a existência paralela de *Aesuria Epithumete* (ILER 6243 = HAE 1007) e *Aesyria Epithumete* (HAE 1008). Deverá ser ponderada igualmente a alternativa, considerada por Fernando P. Curado (mais recentemente em 2008, pp. 143–146), de se interpretar a sequência em causa como reportando a *gent(ilitas) Ilaesuriorum*. Neste caso, o nome da unidade organizativa deveria remeter-se para um antropónimo *\*Ilaesurus*, que teria paralelo num epíteto de *Nabia* documentado numa inscrição galaica (HEp 2, 525), sob a forma *Elaesurraeca*.

Mais recentemente, uma nova entidade organizativa deve registar-se numa inscrição da Meimoa (Penamacor), cujo texto se revela de leitura fácil: ARASE / ABILENI/GI TAL [c. 2–3] / CARAI[CO?]/RVM. Apesar da clareza e qualidade de gravação deste monumento, a interpretação pode considerar-se problemática, dadas as inúmeras questões que levanta, para as quais não se vislumbra uma solução inequívoca e incontroversa.



Patrício Curado (2008, pp. 125–128) preferiu interpretar a sequência inicial ARASE como *arase(pulcralis)*, mantendo essa opinião (Curado, 2008, pp. 147–148) mesmo depois da notícia do aparecimento da inscrição de Arronches (Carneiro & alii, 2008). Pensamos, todavia, que a inexistência de qualquer separador, a distribuição do texto e a afinidade onomástica não deixam outra possibilidade que não seja a de assumir, neste caso como no da inscrição de Furtado, Fornos de Algodres (cfr. Encarnação & Guerra, 2010), que se atesta aqui o mesmo teónimo registado nessa epígrafe em língua “lusitana”, sob a forma *Harase*. Fica, todavia, por solucionar de uma forma satisfatória a interpretação do texto restante, ao qual parecem faltar alguns elementos comuns, tais como o formulário votivo. Uma possibilidade, a considerar naturalmente sob reserva, seria a de se encontrar eventualmente suposto, nesta epígrafe, algo como *ex voto*, ou uma expressão similar, o que poderia justificar um genitivo do nome do dedicante, neste caso *Abilenigi*<sup>4</sup>. A alternativa de este nome corresponder a nom. plural, identificando um colectivo, levanta igualmente sérias dúvidas sobre a possibilidade de chegar a uma interpretação aceitável dos elementos que se seguiriam, pelo que nos parece uma hipótese menos viável.

Finalmente, na primeira inscrição regista-se o patronímico do dedicante, correspondente ao antropónimo *Caeno*, bastante comum no contexto hispânico e especialmente abundante na província romana da Lusitânia, onde se contam pelo menos 36 ocorrências (*Atlas*, pp. 125–126; Vallejo, 2005, pp. 238–240), encontrando-se muito bem representado no território da Beira Baixa. De resto, as atestações fora dessa província revelam-se diminutas e situadas, por norma, em áreas próximas, particularmente na Galécia e Astúria (Vallejo, 2005, pp. 239–241). Assinalam-se na epigrafia igualmente alguns derivados deste nome, cuja distribuição não altera este quadro que sublinha o carácter tipicamente “lusitano” deste antropónimo.

Não restam dúvidas, portanto, a respeito da origem local do dedicante da primeira epígrafe, patenteado por uma onomástica integralmente indígena. De resto, para além de os nomes se inserirem linguisticamente em âmbito local, a estrutura de nome único seguido do patronímico e sem a palavra *filius* é tomada habitualmente como uma manifestação da persistência de tradições autóctones na identificação dos indivíduos.

Ao contrário, a segunda inscrição apresenta uma personagem que se identifica com os *tria nomina*, denunciando precisamente a sua integração num outro mundo cultural, de cariz marcadamente romano. Ainda que tal não seja absolutamente seguro, o nome de *L(ucius) Attius Vegetus* demonstra a sua condição de cidadão romano e, aparentemente, membro da *gens Attia*, documentada na região, em especial na capital da província<sup>5</sup> com a qual a *ciuitas Igaeditanorum* mantém desde cedo estreitas relações (Encarnação, 2004, 2007, pp. 351–355). No território desta última comunidade cívica se atesta provavelmente mais uma outra personagem, cujo nome tem sido habitualmente<sup>6</sup> interpretado como *Attia Vrania* (Almeida, 1956, p. 165; *HAE* 1190; Ferreira, 2004, p. 167, n. 178), mas também como *Attia [T]urania* (Sá, 2007, p. 153, n. 219).

Não pode esquecer-se que, numa das mais famosas epígrafes da cidade e a mais antiga de todas elas, a que refere o *orarium* oferecido pelo cidadão emeritense *Q(uintus) Tallius*, um dos magistrados locais se apresenta como *Aminius Ati filius*. Dada a estrutura onomástica e a precocidade desta inscrição, este patronímico pode corresponder a uma realidade de origem hispânica, afim foneticamente do *nomen* latino, mas distinta dele. De resto, constata-se que o seu uso como *cognomen* ou nome único está registado em inscrições onde se grafa sem a dupla consoante nos casos de *Pompeia Atia*, *C. Cabius Atius* e *Atia Caburon[icum?]* (*Atlas*, p. 103), mas com ela em *Domitia Attia* (Talavera de la Reina) e *Attia* (Yecla de Yeltes) (*Atlas*, p. 105), bem como outros exemplos fora da Lusitânia (Vallejo, 2005, pp. 193–194). Devem, pois, considerar-se duas realidades onomásticas distintas: uma latina, em princípio correspondente a um gentilício, e outra hispânica, respeitante a um *cognomen*/nome único.

Esta distinção básica pode, no entanto, suscitar algumas questões. Afigura-se possível, com naturais reservas, que mesmo alguns *nomina* apresentados normalmente como latinos, remontem a uma eventual forma indígena similar, um nome único inicialmente, mas que veio igualmente a ter uma função de *nomen*. Poderia ser este o caso, por exemplo, de *Atia Docquiri f. Seuera*, documentada em Trujillo, ou de *Atia Seuera*, de Medellín (*Atlas*, p. 103).

Por fim, merece algumas considerações o antropónimo *Vegetus*. Embora este *cognomen* corresponda a um nome latino, ocorre com alguma frequência em contextos indígenas, pelo que se torna muito provável a origem autóctone do dedicante da ara. Já Kajanto (1982, p. 247) tinha assinalado que, de entre os 67 casos epigraficamente por ele registados, 28 correspondiam a atestações originárias da Hispânia. Consta-se, porém, que a distribuição na Península Ibérica é muito irregular, encontrando-se especialmente na vertente ocidental (Lusitânia, Galécia e Astúria), onde ocorrem 32 dos 41 casos registados por Abascal (1994, p. 540). No repertório, mais recente, da antroponímia da província da Lusitânia assinala-se este mesmo nome por 33 vezes (*Atlas*, pp. 336–337), muitas delas em claro contexto cultural indígena.

Trata-se, naturalmente, de mais um caso que ilustra a evolução do processo romanizador e as suas consequências tanto no domínio da onomástica como na transformação das realidades sociais, políticas e culturais. Reafirma-se a vitalidade dos cultos pré-romanos entre as populações desta área, mesmo quando as alterações produzidas por uma continuada presença romana são já muito evidentes em outros domínios. Tal como *M. Attius Vegetus*, muitos outros hispânicos acederam aos privilégios da cidadania romana, circunstância tornada possível pelo alargamento desse privilégio a toda a província da Lusitânia, consequência natural do édito de Vespasiano, tendo como efeito a promoção jurídica da *civitas Igaeditanorum* a *municipium*, tal como a epígrafe da ponte de Alcântara o confirma.

A divergência na onomástica dos dois dedicantes torna clara uma diferença de estatuto entre a condição peregrina do primeiro e o privilégio da cidadania romana no segundo, o que poderia eventualmente espelhar alguma diferença cronológica entre os monumentos em análise. Sem esquecer as limitações deste critério nem as condicionantes inerentes a indicações de natureza paleográfica denunciadas pelos monumentos de uma área nunca analisada deste ponto de vista, apontar-se-ia para o primeiro uma datação correspondente ao século I da nossa era e para o outro uma provável integração num período que não ultrapassaria a centúria seguinte.<sup>7</sup>

## NOTAS

<sup>1</sup> O genitivo *Polturi* permite considerar igualmente a possibilidade de uma forma *Polturius*.

<sup>2</sup> Provavelmente, regista-se o mesmo nome em inscrições de Beja (IRCP 346a), [*Ca?*]turicus [---]ecus, e de Tarrincha, Torre de Moncorvo (Almeida & Ferreira, 1966, p. 347) *Caturica? Tongati f(ilia)*.

<sup>3</sup> Não se considera aqui, por variadas razões, a epígrafe de *Conimbriga* (CIL II, 365; HEP 12, 630) em que se documenta a presença de uma personagem exógena, que se diz originária *vico Baedoro, gentis Pinton(um)*.

<sup>4</sup> A considerar-se viável esta proposta, a interpretação do que se segue deveria corresponder ao já proposto por F. Patrício Curado (2008, pp. 125–128): *Tal[ai uel i f(iliu)] Carai[co]/rum*.

<sup>5</sup> Em Mérida encontramos 5 indivíduos com esse gentílico (Abascal, 1994, p. 88).

<sup>6</sup> A inscrição, fragmentária, não permite resolver definitivamente as dúvidas a respeito do seu texto, embora pareça viável considerar

que as linhas conservadas se encontram completas, pelo que teríamos: ---- / *Attia / Vrania / [pa]trono / ----*. Nestas circunstâncias afigura-se muito provável a possibilidade de se tratar de uma liberta, tornando-se, por isso, mais justificável este nome grego, na sua única ocorrência em território peninsular (Abascal, 1994, p. 549).

<sup>7</sup> Este trabalho integra-se, pela parte de José d'Encarnação, no projecto de investigação do grupo Epigraphy and Iconology of Antiquity and Medieval Ages, do Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto (Unidade I&D n.º 281 da Fundação para a Ciência e a Tecnologia). No que concerne a Amílcar Guerra, na actividade científica desenvolvida no quadro da UNIARQ (Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa). O Cónego António Assunção é pároco de Nossa Senhora da Conceição, Alcains.

## BIBLIOGRAFIA

- ABASCAL, Juan Manuel (1994) - *Los nombres personales en las inscripciones latinas de Hispania*. Murcia: Universidad.
- ALARCÃO, Jorge de (1993) - *Arqueologia da Serra da Estrela*. Manteigas: Parque Natural da Serra da Estrela.
- ALBERTOS, María Lourdes (1975) - *Organizaciones suprafamiliares en la Hispania antigua*. Valladolid: Universidad.
- ALMEIDA, Fernando de (1956) - *Egitânia: história e arqueologia*. Lisboa: Universidade.
- ALMEIDA, Justino Mendes de; FERREIRA, Fernando Bandeira (1966) - *Varia epigraphica*. *Revista de Guimarães*. Guimarães. 76, pp. 339-358.
- Atlas = GRUPO MÉRIDA (2003) - *Atlas antroponímico de la Lusitania romana*. Mérida: Fundación de Estudios Romanos; Bordeaux: Ausonius.
- BEIRÃO, Florentino Vicente (2004) - *História de Alcains, II*. Coimbra: Alma Azul.
- BÚA, Juan Carlos (2000) - *Estudio lingüístico de la teonimia lusitano-gallega*. Tesis doctoral inédita. Salamanca: Universidad.
- CARNEIRO, André; Encarnação, José d'; OLIVEIRA, Jorge de; TEIXEIRA, Cláudia (2008) - Uma inscrição votiva em língua lusitana. *Palaeohispanica*. Zaragoza. 8, pp. 167-178.
- COIMBRA, Fernando Augusto (2007) - Lápides funerárias romanas com suástica em Portugal e na Galiza. *Anuario Brigantino*. Betanzos. 30, pp. 117-141.
- COIMBRA, Fernando Augusto (2009) - Trísceles, tetrásceles e motivos afins em elementos arquitectónicos castrejos. *Aquae Flaviae*. Chaves. 41, pp. 253-267.
- CURADO, Fernando Patrício (2008) - Epigrafia das Beiras: notas e correcções, 2. *Eburobriga*. Fundão. 5, pp. 121-148.
- DIEGO SANTOS, Francisco (1985) - *Epigrafia romana de Asturias*. Oviedo: Instituto de Estudios Asturianos.
- ENCARNAÇÃO, José d' (2003) - Da ambiguidade e da certeza. *Conimbriga*. Coimbra. 42, pp. 117-128.
- ENCARNAÇÃO, José d' (2004) - *Emerita e civitas Igaeditanorum*: uma relação bem registada na epigrafia. *Eburobriga*. Fundão. 1, pp. 57-60.
- ENCARNAÇÃO, José d' (2007) - O culto imperial na epigrafia da Lusitânia ocidental: novidades e reflexões. In NOGALES, Trinidad; GONZÁLEZ, Julián, eds. - *Culto imperial: política y poder. Mérida, Museo Nacional de Arte Romano, 18-20 de mayo, 2006*. Roma: "L'Erma" di Bretschneider, pp. 349-367.
- ENCARNAÇÃO, José d' (2009) - Dos monumentos epigráficos da *civitas Igaeditanorum*. *Praça Velha*. Guarda. 26, pp. 161-171.
- ENCARNAÇÃO, José d'; GUERRA, Amílcar (2010) - The current state of research on local deities in Portugal. In ARENAS ESTEBAN, Jesús Alberto, ed. - *Celtic religion across space and time (IX Workshop F.E.R.C.AN)*. Toledo: Junta de Comunidades de Castilla-La Mancha, pp. 94-112.
- FERREIRA, Ana Paula R. (2003) - *Epigrafia funerária romana da Beira Interior*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.
- GARCÍA FERNÁNDEZ-ALBALAT, Blanca (1993-1994) - La diosa Erbina, la soberanía guerrera femenina y los límites entre Igaeditanos y Vetones. *Conimbriga*. Coimbra. 32-33, pp. 388-401.
- GONZÁLEZ RODRÍGUEZ, María Cruz (1986) - *Las unidades organizativas indígenas del area indoeuropea de Hispania*. Vitoria-Gasteiz: Universidad del País Vasco.
- GONZÁLEZ RODRÍGUEZ, María Cruz (1994) - Las unidades organizativas indígenas, II. Addenda et corrigenda. *Veleia*. Vitoria-Gasteiz. 11, pp. 169-175.
- GUERRA, Amílcar (1998) - *Nomes pré-romanos de povos e lugares do Ocidente Peninsular*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade de Lisboa. Lisboa.
- GUERRA, Amílcar (no prelo) - A propósito dos conceitos de "lusitano" e "Lusitânia". *Homenaje a Javier de Hoz = Palaeohispanica*. Zaragoza. 10.
- ILER = VIVES, José (1971-1972) - *Inscripciones romanas de la España romana*. Barcelona: Universidad; CSIC.
- INFANTE, Cónego Franco (1992) - *Património cultural de Alcains*. Alcains: Matriz de Alcains.
- IRCP = ENCARNAÇÃO, José d' (1984) - *Inscrições romanas do conventus Pacensis*. Coimbra: Instituto de Arqueologia.
- KAJANTO, Iiro (1982) - *The Latin cognomina*. Roma: Giorgio Bretschneider.
- SÁ, Ana M. de (2007) - *Civitas Igaeditanorum: os deuses e os homens*. Idanha-a-Nova: Câmara Municipal.
- ROQUE, José Sanches (1975) - *Alcains e a sua história*. Castelo Branco: Tipografia Semedo.
- VALLEJO RUIZ, José María (2005) - *Antroponimia indígena de la Lusitania romana*. Vitoria-Gasteiz: Universidad del País Vasco.
- VASCONCELOS, José Leite de (1934) - Antiquidades do concelho da Covilhã. *Biblos*. Coimbra. 10, pp. 24-31.